

## DISJUNÇÕES DA SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E NOS PROJETOS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Denise da Silva **Braga** – UERJ

Agência Financiadora: CNPQ

Os discursos atuais sobre a sexualidade dão conta que o assunto nunca esteve tão em pauta como nas últimas décadas. Entre as justificativas mais frequentes para essa explosão discursiva sobre o sexo aponta-se para o avanço e publicização da AIDS nos anos 1980, a erotização dos corpos infantis, o número crescente de gravidez na adolescência (apesar acesso à informação), as doenças sexualmente transmissíveis, a desconstrução do modelo familiar tradicional e a visibilidade das relações homem/mulher que transgridem as fronteiras convencionais do corpo, do sexo, do gênero, dos desejos e das práticas afetivas e sexuais.

Atinente às demandas emergentes é cada vez maior a penetração do tema sexualidade nos currículos formais da escola, subsidiados pelos documentos oficiais, programas de formação continuada promovidos pelas secretarias de educação, publicações e pesquisas de diversos campos. Assim, as questões que hoje fomentam as discussões no campo educacional não se restringem a indagar *se* a sexualidade é trabalhada na escola, antes indagam *qual(is)* sexualidades estão presentes nos discursos e nas atividades escolares e de que formas se dá a sua abordagem.

Neste texto apresento percepções iniciais de uma pesquisa em processo, cuja preocupação é inquirir como os discursos oficiais sobre as sexualidades – sobremaneira as homossexualidades – presentes no currículo da escola constituem os sujeitos aos quais nomeiam. Neste recorte pretendo discutir a abordagem e as disjunções da *Orientação Sexual* nos Parâmetros Curriculares Nacionais -PCN e nos projetos de educação sexual de escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte-RME-BH.

### **ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

A *Educação Sexual* não é novidade na escola. A patologização de aspectos ligados à sexualidade e a necessidade de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis - DST, nos anos 1920 e 1930, já requeria a escola “(...)como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos normais”(ALTMANN, 2001, p.579). Desde então, em meio a

controvérsias e mudanças de enfoque, a temática da sexualidade esteve sempre presente nas discussões e nos currículos escolares.

O trabalho pedagógico com a temática da sexualidade não é, portanto, uma invenção dos PCN. O que há de novo nesta (re)inserção da sexualidade como conteúdo escolar é sua abordagem sob a forma de *Temas Transversais* e a opção por *Orientação Sexual* (e não Educação Sexual<sup>1</sup>). Essa opção sinaliza um processo que “(...)propõe-se a fornecer informações sobre sexualidade e organizar um espaço de reflexões, questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito dos relacionamentos e comportamentos sexuais (enfoque biopsicossocial)”(GTPOS/ABIA/ECOS, 1994, p.8). Sendo assim, ao atuar como um *orientador sexual*, o professor deve levar em conta modos de vida, valores e idéias dos estudantes ao trabalhar conhecimentos sobre sexualidade. A sistematização da proposta de *Orientação Sexual* nos PCN implica, também, a formalização do trabalho nas escolas cujo tema até então se presentificava por força de eventos isolados e/ou fatores causais.

Embora apresentem críticas às concepções naturalizantes, assinalando a necessidade de historicizar o corpo, o gênero e a sexualidade e de evidenciar seus entrelaçamentos com a cultura, o que se percebe no documento é a predominância da sexualidade

(...) vista sob o ponto de vista biológico, atrelada às funções hormonais. Quanto à experimentação erótica, à curiosidade e ao desejo, estes são considerados comuns, quando a dois. A potencialidade erótica do corpo a partir da puberdade é concebida como centrada na região genital, enquanto que, à infância, só é admitido um caráter exploratório pré-genital. Os conteúdos devem favorecer a compreensão de que o ato sexual, bem como as carícias genitais, só têm pertinência quando manifestados entre jovens e adultos (ALTMANN, 2001, p.581).

Atuando como um dispositivo normalizador, os PCN reiteram um pensar sobre a sexualidade fortemente biologizante, focado na prevenção e heteronormativo. No que tange à homossexualidade, percebe-se a sua abordagem no rol das questões *polêmicas e delicadas* e como uma *fase de experimentações e fantasias* próprias da puberdade:

(...) a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em

---

<sup>1</sup> De acordo com o Guia de Orientação Sexual GTPOS/ABIA/ECOS a “(...)educação sexual constitui-se no processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia” (1994, p.8)

muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL, 1997, p.293). (Grifo meu)

Em relação à puberdade, as mudanças físicas incluem alterações hormonais que, muitas vezes, provocam estados de excitação difíceis de controlar, intensifica-se a atividade masturbatória e instala-se a genitalidade. *É a fase de novas descobertas e novas experimentações, podendo ocorrer as explorações da atração e das fantasias sexuais com pessoas do mesmo sexo e do outro sexo.* (BRASIL, 1997, p.296). (Grifo meu)

Tanto quanto a ausência de problematização da sexualidade corrobora para a manutenção da heterossexualidade compulsória; o silenciamento ou a citação da homossexualidade exclusivamente como polêmica ou ligada a uma fantasia sexual da adolescência (ROSSI, 2008) contribui para a manutenção de estigmas e preconceitos.

### **ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: OS *PROJETOS DE EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL***

Os PCN não são uma prescrição curricular e não se apresentam sob a forma de uma lista de conteúdos para serem ensinados. Atinente à proposta da transversalidade, a flexibilidade dos conteúdos e do planejamento implica uma mudança radical no trabalho pedagógico. Cabe, portanto, indagar: como as instituições escolares têm construído o trabalho de Orientação Sexual? Quais práticas a temática da sexualidade tem engendrado no espaço escolar? Como parte de uma pesquisa em andamento selecionei para análise nove projetos de trabalho de orientação sexual desenvolvidos em escolas da RME-BH<sup>2</sup>, no ano de 2008.

É interessante notar a semelhança dos *Projetos de Educação Afetivo-Sexual*<sup>3</sup> cujas justificativas, objetivos, conteúdos e metodologias se repetem - possíveis repercussões dos cursos oferecidos pela RME-BH, embora as escolas trabalhem com públicos bastante diversos. De forma geral, são justificados por demandas como: *namoro na hora do recreio, “troca-troca” no banheiro, alunos fumando na porta da escola, adolescentes grávidas, revistas pornográficas circulando durante as aulas, preconceitos com relação aos homossexuais, piadinhas de mau gosto sobre a aparência e o gosto dos colegas e funcionários.* Em relação aos conteúdos, evidencia-se o privilégio dos aspectos biológicos

---

<sup>2</sup>Belo Horizonte foi dividida em nove regiões administrativas. A cada uma delas corresponde uma Gerência Regional de Educação da qual fazem parte as escolas municipais da região. Os projetos selecionados referem-se a uma escola de cada uma destas Gerências Regionais.

<sup>3</sup> Optei por me referir genericamente aos nove projetos como *Projeto de Educação Afetivo-Sexual*, uma vez que a única variação que aparece entre eles é Projeto de Educação Sexual.

(órgãos e funções do corpo, reprodução, parto, aleitamento materno), a prevenção das DST, da AIDS e da gravidez precoce, higiene e cuidados pessoais, autoproteção contra drogas e pedofilia, preservação da vida e da saúde, ética, educação religiosa. Percebe-se que, para compor o currículo, a sexualidade é saturada de significados a ponto de tornar-se um *conceito guarda-chuva*, capaz de abrigar os mais diversos conteúdos.

Evidentes contradições nos textos ao mesmo tempo em que afirmam que “a sexualidade deve ser fonte de prazer e exercício da liberdade individual”, circulam normas regulatórias que trabalham de modo *performativo* para constituir a materialidade dos corpos, reiterando a conexão causal e redutiva entre sexo, gênero, desejo e prática sexual (BUTLER, 2000). Desta forma, todos os *interesses sexuais, namoros, “ficadas”* que justificam e subsidiam os projetos têm como protagonistas o par homem e mulher e, assim, a heterossexualidade permanece hegemônica no currículo escolar por meio do discurso cuja repetição produz um efeito de verdade. De acordo com Britzman (2000), a educação sexual na escola é, pois, uma *pedagogia de produção da normalidade*.

Tal como nos PCN, a homossexualidade compõe o quadro das questões problemáticas, difíceis ou silenciadas nos projetos em tela. A sua abordagem se dá em contextos nos quais os homossexuais aparecem como vitimizados, desviantes ou em desvantagem, *invisíveis* nas relações cotidianas dos adolescentes heterossexuais (e daqueles que aprendem a omitir (ou mentir) a sua homossexualidade). O apagamento da homossexualidade no espaço legitimado da escola acaba por manter os estudantes homossexuais alvos frequentes e preferenciais gozações e insultos fora da sala de aula (LOURO, 2001).

Ecoando dos discursos oficiais provenientes de diferentes campos, os *Projetos de Educação Afetivo-Sexual* empreendem uma prática educativa em relação à homossexualidade que objetiva instituir a *tolerância*, a *igualdade* e o *respeito à diversidade*. Penso que é necessário repensar essa prática, pois ela mantém estável a heterossexualidade como a sexualidade normativa. À medida que pressupõe a homogeneização, essa prática também estabelece que, estando fora da norma, os homossexuais precisam ser tolerados para que suas vidas sejam inscritas e se tornem inteligíveis no espaço social comum.

## **PALAVRAS FINAIS**

Percebo como um avanço a formalização do trabalho com o tema das sexualidades no espaço escola e seus efeitos, tais como a inquietação e os profundos debates sobre o tema hoje estabelecidos no cenário educacional. Entretanto, são evidentes os limites das abordagens, principalmente no que diz respeito a uma necessária desnaturalização da sexualidade. No disciplinado e controlado discurso pedagógico a heterossexualidade e a homossexualidade são referidas como categorias universais cujas relações ainda se dão na perspectiva centro-margem. Apesar do discurso favorável *ao respeito à liberdade e apreço à tolerância*, a homossexualidade continua ocupando o lugar da *antinorma*, em desvantagem na busca pelo reconhecimento e pertencimento social. Considero o momento propício para novas investidas nas quais o foco não seja ensinar o que as pessoas *devem* ser, antes abrir o leque extenso das possibilidades, do *vir-a-ser*.

## **REFERÊNCIAS**

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, 201, p. 576-585.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G.L.(Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GTPOS/ABIA/ECOS. *Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSSI, A.J. Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis-SC, ago.2008.(Anais/CDRoom).